

Especial Rumos da economia

Futuro Propostas previdenciária e tributária começam a ser analisadas pelo Congresso a partir desta semana

As reformas são o grande teste de Lula

Ribamar Oliveira
De Brasília

O grande teste do governo começa esta semana, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminha ao Congresso as propostas de reforma tributária e da Previdência Social. A base governista ensaia forte resistência às mudanças previdenciárias, principalmente com relação à criação da contribuição dos servidores inativos, enquanto os partidos de oposição demonstram resistência às mudanças dos tributos, que são consideradas excessivamente tímidas. “Vai ser uma batalha dura”, reconhece o presidente do PT, José Genoíno. “Não tenho ilusões. Vai ter corredor polônês, xingamentos e vaias”.

A batalha para a qual o presidente do PT se prepara na verdade já começou. O PSDB deixou claro, na semana passada, que não quer ser utilizado pelo governo para aprovar medidas impopulares, que os próprios parlamentares governistas se recusam a aceitar. “Não vamos ser massa de manobra”, desabafou o líder tucano na Câmara, Jutahy Magalhães (PSDB-BA). “O governo está querendo nos colocar numa armadilha, mas não vamos cair nela. Primeiro, o governo precisa unificar sua própria base”.

A cobrança de Jutahy decorre da manifestação do líder do PT na Câ-

mara, Nelson Pelegrino (BA), contrária à cobrança dos inativos. A oposição sabe também que o PDT votará contra as mudanças previdenciárias, da mesma forma que o PCdoB, que tem chamado publicamente a proposta do governo de equivocada. “O foco da reforma está errado, pois o problema é o Regime Geral de Previdência Social e não o regime dos servidores públicos”, diz a deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ).

Na reunião dos líderes aliados com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, na última quarta-feira, apenas o líder do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ) manifestou seu apoio à taxação dos inativos. O líder do PL, Waldemar Costa Netto (SP), informou o ministro que a bancada de seu partido na Câmara posicionou-se contra a medida. O PSB está dividido e o PT também. O deputado José Pimentel (PT-CE), relator da Comissão Especial da Câmara que discute a reforma da Previdência Social, afirmou que já votou contra a contribuição dos inativos e que o fará novamente.

A irritação do Palácio do Planalto e da direção do PT com os dissidentes atingiu o clímax depois do encontro da senadora Heloísa Helena (PT-AL) e do deputado Lindberg Farias (PT-RJ) com o líder do PDT, Leonel Brizola. Heloísa e Lindberg ameaçaram ingressar na Justiça contra a campanha publicitária que o governo fará sobre as re-

formas. “Eles estão adotando uma ruptura unilateral. Espero que voltem atrás”, alertou Genoíno.

A partir desse episódio, o governo e a direção do PT desencadearam um movimento para enquadrar os radicais do partido. A tática é, basicamente, isolar o grupo e impedir que seus integrantes ocupem cargos de comando. O presidente do partido, José Genoíno, quer que o PT apoie maciçamente a proposta do governo. “O Lula bancou o acordo com os governadores. Agora, o PT vai bancar o Lula”, disse. Para ele, 90% dos deputados do partido estarão com a proposta. Para isso, o PT vai fechar questão sobre a reforma previdenciária, o que obriga os dissidentes a votar a favor ou a sair do partido.

A criação da contribuição dos inativos é a medida mais polêmica. Ela foi proposta pela primeira vez pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no bojo da reforma previdenciária de 1998. Na época, foi derrubada por requerimento dos próprios líderes dos então partidos governistas, o PSDB, o PFL, o PMDB e o PPB.

Um líder oposicionista citou a composição do Congresso para mostrar o nível de dificuldade que a criação da contribuição dos inativos enfrentará. “Quando o assunto está relacionado aos servidores, o Congresso é um desvio estatístico”, observou. “Um grande número de parlamentares é funcionário

público, tem parentes que são servidores e sofre pressão diária das pessoas que trabalham nos seus gabinetes, que são servidores”, explicou. “Os governadores do meu partido são favoráveis à medida, mas a minha bancada não é.”

A base de sustentação de Lula no Congresso resiste também ao aumento da idade mínima para o servidor requerer aposentadoria de 53 para 60 anos, no caso de homens, e de 48 para 53 anos, no caso de mulheres. Há forte oposição também à criação de fundos de pensão para os novos funcionários que ingressarem no serviço público depois da reforma, medida que incluirá os magistrados e os membros do Ministério Público.

No caso da reforma tributária, os problemas também são facilmente identificáveis. Os governadores nordestinos querem mudar o princípio de tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Querem que o Estado consumidor fique com a receita do ICMS — ou seja, que a apropriação do tributo seja feita no destino da mercadoria. Em conversas informais, chegam a chamar a proposta de “a reforma paulista”, numa referência ao Estado que, na avaliação deles, mais ganhará com as mudanças.

Os governadores nordestinos argumentam que o governo quer acabar com a “guerra fiscal”, o que beneficiaria São Paulo, mas não explicitou a forma de compensar os Estados mais pobres. Na última reunião na Granja do Torto, em 16 de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu uma espécie de solução de compromisso, pela qual a discussão sobre o princípio de tributação será adiada por dois anos. É difícil, no entanto, que essa “solução de compromisso” seja respeitada pelo Congresso.

Pelo menos no Senado, que é a casa dos Estados, há um movimento favorável a uma reforma mais ampla. “A proposta do governo é pífia”, diz o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). O líder tucano defende uma reforma mais ampla, que discuta as desigualda-

Ajustes previstos

Principais medidas propostas

- 1 Unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em uma única complementar
- 2 Substituição de 50% da contribuição patronal previdenciária que incide sobre a folha de pagamento por uma contribuição sobre valor agregado
- 3 Fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a ser cobrada sobre o valor agregado
- 4 Progressividade do Imposto de Herança e Doações, com legislação nacional
- 5 Transferência do Imposto Territorial Rural (ITR) para os Estados, ficando 50% da arrecadação com os municípios
- 6 Proteção da cesta básica de alimentos, que terá a menor alíquota do ICMS
- 7 Política de Desenvolvimento Regional que substitua os incentivos tributários
- 8 Previsão de garantia de renda mínima com participação da União, Estados e municípios
- 9 Autorização para que as contribuições sociais possam incidir sobre bens e serviços importados
- 10 Proibição expressa no texto constitucional de criação de tributos cumulativos
- 11 Transformação da CPMF em tributo permanente, com alíquota máxima de 0,38% e mínima de 0,08%
- 12 Prorrogação do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU)

Novas normas

Principais mudanças na Previdência

- 1 A idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos passa de 53 para 60 anos, no caso dos homens, e de 48 para 55 anos, no caso das mulheres. Haverá uma regra de transição, na qual a aposentadoria pela idade mínima válida atualmente será possível, porém com uma redução do valor do benefício de 5% por ano de antecipação
- 2 Em caso de servidores que tenham contagem de tempo mista, no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e no Regime Próprio dos Servidores Públicos, será concedido um benefício proporcional ao tempo de contribuição de cada sistema
- 3 Os servidores inativos que ganham mais de R\$ 1.058,00 pagarão 11% de contribuição previdenciária. Os 11% incidirão sobre a renda que ultrapassar os R\$ 1.058,00
- 4 Será uniformizada em 11% a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores da União, dos Estados e dos municípios
- 5 O teto de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), também conhecido como INSS, será elevado dos atuais R\$ 1.561,56 para R\$ 2.400,00
- 6 A pensão deixada pelo servidor aos seus dependentes terá um limite de 70% do valor da aposentadoria
- 7 Os novos servidores públicos também terão um teto de R\$ 2.400,00 para as suas aposentadorias. Poderão complementar suas aposentadorias por meio de fundos de pensão
- 8 Serão regulamentados o teto salarial dos poderes e os sub-tetos salariais dos Estados

Conta pesada

Regime dos Servidores Públicos em R\$ bilhões e como proporção do PIB, com contribuição patronal de 2:1

	2001	% PIB	2002	% PIB	2003*	% PIB
Previdência no serviço público	-37,0	-3,1	-39,1	-3,0	-41,0	-2,6
Contribuições	19,4	1,6	21,9	1,7	23,0	1,4
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	56,4	4,7	61,0	4,7	64,0	4,0
União	-21,1	-1,8	-22,1	-1,7	-23,0	-1,4
Contribuições	7,0	0,6	9,6	0,7	10,7	0,7
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	28,1	2,3	31,7	2,4	33,6	2,1
Estados	-13,7	-1,1	-14,5	-1,1	-15,4	-1,0
Contribuições	11,0	0,9	11,0	0,8	11,0	0,7
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	24,6	2,1	25,5	2,0	26,4	1,7
Municípios	-2,3	-0,2	-2,4	-0,2	-2,5	-0,2
Contribuições	1,4	0,1	1,4	0,1	1,4	0,1
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	3,7	0,3	3,8	0,3	3,9	0,2

Fontes: MPS, MF/SRF, MF/STN, MPOG/Boletim Estatístico de Pessoal, INSS; PLOA 2003 e MF/MPOG/Reprogramação Orçamentária 2003. Elaboração SPS/MPS. *Estimativa
Obs.: PIB 2001 = SCN/IBGE; PIB 2002 = PLOA 2000/3; PIB 2003 = Reprogramação Orçamentária 2003

des regionais e o próprio pacto federativo. Essa foi, aliás, a tônica da carta do Rio Quente, em que os governadores do PSDB defenderam a participação dos Estados na receita das contribuições sociais, principalmente na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e na CPMF.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, considera que este não é o momento de se rediscutir o pacto federativo, pois a União, os Estados

e os municípios estão em meio a um forte ajuste fiscal. Um líder político notou, no entanto, que o governo vai precisar dos partidos de oposição para prorrogar a CPMF, que a partir de janeiro de 2004 passa a ter uma alíquota de apenas 0,08% e acaba totalmente em dezembro daquele ano. Para renovar ou tornar permanente a CPMF talvez o governo seja obrigado a conceder mais aos governadores do que até agora explicitou.